COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 3.291, DE 2015

Institui causa excludente de ilicitude no delito de apologia de crime ou criminoso.

VOTO EM SEPARADO

(Do Deputado Diego Garcia)

O Projeto de Lei n.º 3.291, de 2015, de autoria do Deputado Bacelar, pretende alterar o art. 287 do Decreto Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para excluir as manifestações artísticas do delito de apologia de crime ou criminoso.

Em 23/12/2016, no âmbito da Comissão de Cultura, foi apresentado Parecer do Relator, Deputado Jean Wyllys, pela aprovação deste Projeto de Lei, com substitutivo, que exclui não apenas as manifestações artísticas do delito de apologia de crime ou criminoso, mas também as manifestações políticas.

Entendemos, porém, que esta proposição, nos termos apresentados, insere amplas e irrestritas causas de exclusão de ilicitude que praticamente inviabilizam a aplicação, pelo Poder Judiciário da tipificação prevista no art. 287 do Código Penal: *“Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime”*.

Assim, qualquer episódio de apologia pública de fato considerado crime ou de criminoso daria ensejo a seu executor de se eximir da cominação legal, com a justificativa de que sua ação deva ser enquadrada simplesmente como manifestação política ou como manifestação artística.

Não desconhecemos que a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso IX, dispõe que *“é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”*. Não se trata de censura ou de repressão às diversas formas de protestos e

manifestações, as quais conformam a base de um Estado Democrático de Direito.

Trata-se de salvaguardar outros princípios e fundamentos do Estado brasileiro, também objetos de dispositivos constitucionais, como o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a prevalência dos direitos humanos, o pluralismo político e a soberania, a proteção a crianças e adolescentes, dentre muitos outros.

Ou seja, seria plausível a plena exclusão de ilicitude pelo crime de apologia a fato criminoso àquele que promovesse manifestação política favorável ao racismo ou à prática de atos terroristas?

Nesse contexto, cabe mencionar o art. 13 – que dispõe sobre liberdade de pensamento e de expressão – da Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, promulgada pelo Brasil pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.

“4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, (...).

5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência”.

Sabemos que os princípios constitucionais devem ser ponderados de forma conjunta e, na eventualidade de colisão entre eles, o Poder Judiciário é o ente apropriado para dirimir esses litígios. Excluir, a priori, qualquer tipo de manifestação artística ou política do delito previsto no art. 287 do Código Penal equivaleria a impedir que eventuais abusos de liberdade de expressão, relacionados à apologia de crime ou criminoso, sejam punidos pelo Poder Judiciário.

Estas são as razões que levam à apresentação do presente voto em separado, que se manifesta pela rejeição do Projeto de Lei n.º 3.291, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado **DIEGO GARCIA**